

CARDOSO, MAURÍCIO GRACO

*dep. fed. CE 1906-1911; dep. fed. SE 1921-1922; sen. SE 1922; pres. SE 1922-1926; dep. fed. SE 1927-1930; const. 1946; dep. fed. SE 1946-1950.

Maurício Graco Cardoso nasceu em Estância (SE) no dia 9 de agosto de 1874, filho de Brício Cardoso, professor e deputado estadual na Primeira República, e de Mirena Cardoso. Seu tio, Fausto Cardoso, depôs o presidente de Sergipe em 1906, com o auxílio de civis e da força policial, e ocupou o governo do estado. Por ordem do presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), as forças do Exército sediadas em Aracaju cercaram o palácio para reconduzir o presidente deposto, e Fausto Cardoso foi morto ao tentar resistir.

Maurício Graco Cardoso iniciou seus estudos em Aracaju, onde exerceu também o jornalismo, tendo fundado *O Republicano*, do qual era proprietário. Em 1891 foi redator de *O Operário*, órgão de uma associação de classe. Ainda nesse ano mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha. Em 1892, porém, ingressou na Escola Militar do Ceará, em Fortaleza, estabelecimento criado no fim do Império pelo ministro da Guerra, Tomás Coelho, e que seria extinto em 1897, já no governo do presidente Prudente de Moraes (1894-1898). Na capital cearense foi redator de *A República* e de *Fanal*, em 1892.

Em 1894, por ocasião da Revolta da Armada, que durou de 6 de setembro de 1893 a 24 de junho de 1894, foi enviado ao Rio de Janeiro em missão militar e participou, a bordo do cruzador *Niterói*, do combate que resultou no afundamento do *Aquidaban*, defendendo o governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). De volta a Fortaleza, em 1895 tornou-se redator de *A Pena*, juntamente com Marcolino Fagundes e Matos Guerra. Em 1899 iniciou o curso de direito no Rio de Janeiro, mas interrompeu-o em seguida para retomá-lo em Fortaleza, para onde voltara.

Iniciou sua carreira política no Ceará, ligando-se ao partido do conselheiro Antônio Nogueira Acióli, então presidente do estado e seu sogro, cuja família vinha mantendo o domínio político estadual desde 1896. Segundo Domingos Olímpio, citado por Pedro Nava, Cardoso foi “um piolho lázaro nas virilhas da oligarquia Acióli”. Em 1904 foi nomeado secretário da Fazenda do Ceará e no ano seguinte elegeu-se deputado federal por esse estado. Assumiu o mandato em 1906, e em 1907 bacharelou-se pela Faculdade Livre de

Direito do Ceará, onde, no mesmo ano, passou a lecionar direito constitucional. Foi ainda eleito sócio-benemérito da Fênix Caixeiral, por serviços prestados a essa classe em Fortaleza. Em 1908 foi reeleito deputado federal para a legislatura 1909-1911 e, logo em seguida, elegeu-se vice-presidente do Ceará, na chapa encabeçada por Nogueira Acióli, que governaria até 1912.

Ao se iniciarem as articulações em torno da sucessão estadual, Acióli indicou o desembargador Domingos Carneiro para seu sucessor, mas as oposições, contando com a simpatia do governo federal, apresentaram a candidatura do general Franco Rabelo, na suposição de que uma proposição militar seria de inegável eficácia na derrubada da oligarquia. A campanha foi tumultuada por choques sucessivos entre a força policial, reforçada por jagunços enviados a Fortaleza pelas lideranças oligárquicas do interior, e tropas do Exército, fortalecidas com a adesão de elementos civis partidários de Rabelo. Pressionado pela corrente militar estimulada pelo plano de “salvações” posto em prática pelo presidente da República, marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), Nogueira Acióli passou o governo em janeiro de 1912 a Antônio Frederico de Carvalho Mota e renunciou no dia 24 de fevereiro em favor de Graco Cardoso, que não chegou a tomar posse. Franco Rabelo foi eleito presidente do Ceará, e no dia 12 de julho Carvalho Mota passou o governo ao presidente da Assembleia, coronel Belisário Cícero Alexandrino, que dois dias depois o transferiria a Franco Rabelo. Nesse período, Graco Cardoso foi também redator de *A Imprensa*, que defendia a posição política da família Acióli. Sentindo que sua vida corria perigo, em virtude do poder repressivo da nova situação política no estado, refugiou-se no Rio de Janeiro, desligando-se definitivamente da política cearense.

A inexperiência administrativa de Franco Rabelo levou seu governo a um nível de deterioração política quase integral. A intranquilidade e a insatisfação voltaram a amotinar a população, e os Acióli, em aliança com Floro Bartolomeu e com o padre Cícero Romão Batista, que formara adeptos e místicos em todo o vale do Cariri, rearmaram jagunços e marcharam sobre Fortaleza sitiando a capital. José Gomes Pinheiro Machado, senador gaúcho, que àquela altura passara a hostilizar Rabelo, induziu o marechal Hermes da Fonseca a decretar intervenção federal no Ceará, o que ocorreu em 10 de março de 1914, com a chegada de tropas do Exército sob o comando do general Fernando Setembrino de Carvalho.

Em agosto de 1915, já no governo Venceslau Brás (1914-1918), Graco Cardoso foi nomeado secretário do ministro da Agricultura, José Rufino Bezerra Cavalcanti (1915-1917). Em seguida, foi consultor do mesmo ministério e superintendente dos patronatos agrícolas, durante a administração de João Gonçalves Pereira Lima (1917-1918). Em 1916 passou a lecionar na Escola de Agricultura e Veterinária do Rio de Janeiro, onde ficou até 1921, quando voltou à política, elegendo-se deputado federal por Sergipe. Exerceu o mandato de maio de 1921 até maio de 1922, quando deixou a Câmara por ter sido eleito senador pelo mesmo estado, na vaga aberta com a morte do senador Manuel Presciliano de Oliveira Valadão. Pouco depois deixou o Senado, por ter sido eleito presidente de Sergipe. Tomou posse em outubro de 1922 e governou até outubro de 1926. Foi novamente eleito deputado federal por seu estado, para a legislatura 1927-1929, e reeleito em 1930, mas seu mandato foi interrompido pela revolução de outubro daquele ano.

Nesse episódio, Graco Cardoso teve participação em defesa da legalidade, pois, solidário com o presidente de Sergipe, Manuel Correia Dantas, integrou-se à campanha da Concentração Conservadora, que sustentava a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República. Deflagrado o movimento revolucionário em 3 de outubro, através do qual os partidários da Aliança Liberal (que apoiava Getúlio Vargas) protestavam contra o resultado das urnas, Manuel Dantas colocou-se ao lado do presidente Washington Luís, que, afinal, foi deposto no dia 24 de outubro. Manuel Dantas foi então afastado do governo de Sergipe e substituído pelo tenente-médico do Exército Erônides de Carvalho, e Graco Cardoso afastou-se da política pela segunda vez.

Em 1933, candidatou-se a deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Republicano Progressista (PRP), mas não se elegeu, obtendo apenas 2.854 votos. Em maio de 1937, na qualidade de representante de seu partido, participou da convenção nacional das correntes situacionistas estaduais (exceto as de São Paulo e do Rio Grande do Sul), que escolheu José Américo de Almeida candidato à presidência da República, para disputar o cargo com Armando Sales de Oliveira, da União Democrática Brasileira (UDB), e com Plínio Salgado, da Ação Integralista Brasileira (AIB). Entretanto, as eleições presidenciais marcadas para 3 de janeiro de 1938 foram suspensas pelo golpe de 10 de novembro de 1937, que implantou o Estado Novo (1937-1945).

Em 1945, com a desagregação do Estado Novo e a reconstitucionalização do país, Graco

Cardoso filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) e apoiou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República, elegendo-se ele próprio, no pleito de dezembro, deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Após a promulgação da nova Carta em 18 de setembro de 1946, por ser o parlamentar mais idoso, presidiu a instalação da Câmara e do Senado na sessão do dia 23 de setembro, quando passou a exercer mandato ordinário. Nessa legislatura, foi relator da lei que criou a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), hoje subsidiária da Eletrobrás.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 3 de maio de 1950, em pleno exercício do mandato de deputado federal.

Publicou *Contos fantásticos* (1891), *A bordo do cruzador Niterói* (1894), *A camponesa* (1895), *Carta republicana* (1896), *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil* (1918) e *Instrução pública: pequenas considerações*.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BLAKE, A. *Diccionario*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; FRANCO, A. *Escalada*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; *Ilustração brasileira*; LIRA, A. *Senado*; WYNNE, J. *História*.